



Ata da 20ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 22 de junho de 2021.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e nove minutos, a Vigésima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 53 e 54/2021 – Poder Executivo; 56/2021 – Sandro Dellabella Ferreira. **Indicações:** 3438, 3439, 3440, 3441, 3442, 3443, 3444, 3445, 3446, 3447, 3448, 3449, 3451, 3452, 3453 e 3454/2021 – Adriano Pereira Verediano; 3450, 3455, 3456, 3467, 3468, 3469, 3470, 3471 e 3478/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 3375, 3376, 3377, 3378, 3398 e 3399/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 3370, 3404, 3407 e 3410/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 3371, 3372, 3392, 3393 e 3394/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 3391, 3433, 3434, 3435 e 3437/2021 – Brás Zagotto; 3396 e 3436/2021 – Diogo Pereira Lube; 3374 e 3397/2021 – Ely Escarpini; 3373, 3379, 3380, 3402, 3403, 3405, 3406, 3408, 3427, 3500, 3507, 3521, 3527 e 3528/2021 – Evandro Miranda; 3381, 3382, 3383, 3384, 3409, 3411, 3412, 3413, 3414, 3415, 3416, 3417, 3418, 3419, 3420, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3428, 3429, 3430, 3431 e 3432/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 3390/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 3395, 3400 e 3401/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 3536, 3537, 3538, 3539, 3540, 3541, 3542 e 3543/2021 – Osmar Francisco; 3385/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 3367, 3458, 3459, 3460, 3461, 3462, 3463, 3464, 3465, 3466, 3473, 3474, 3475, 3476, 3477 e 3479/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 3368, 3369 e 3480/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 90 e 94/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; *Votos de Congratulação:* 160/2021 – Brás Zagotto; 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 167/2021 – Delandi Pereira Macedo; *Votos de Pesar:* 87/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 86/2021 – Delandi Pereira Macedo; 88 e 89/2021 – Evandro Miranda; 82, 83 e 84/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra. **Projetos de Decreto Legislativo:** 119/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 120, 121, 122, 123, 124 e 125/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 127 e 128/2021 – Evandro Miranda; 118/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 129 e 130/2021 – Osmar Francisco; 131/2021 – Mesa Diretora. **Recurso ao Plenário:** 01/2021 – Brás Zagotto. **Ofício Externo ao Legislativo:** 123/2021 – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Leonardo Euler de Moraes – Presidente. / Logo após, o secretário fez a leitura de um memorando, de autoria do Vereador Alexandre Andreza Macedo, solicitando a retirada de sua assinatura do Projeto de Resolução 06/2021, que dispõe sobre a criação de Comissão Especial de Inquérito – CEI, a fim de apurar indícios de irregularidades referentes ao cadastramento imobiliário em Cachoeiro de Itapemirim, pois tal assinatura eletrônica foi feita equivocadamente por um assessor, no dia 21/06/2021, quando o mesmo realizava assinatura em indicações. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que, ontem, alguns vereadores foram ao Tribunal de Contas, representando toda a Câmara, para tentar resolver essa celeuma envolvendo o aumento de IPTU em Cachoeiro. Destaca que argumentaram com o Conselheiro Carlos Ranna, com o procurador-geral e com os auditores que não era hora de a população ser

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



surpreendida com esse aumento de até 1000% de IPTU, pois Cachoeiro, diferente de outros Municípios capixabas, tinha passado por várias situações atípicas, como a greve da polícia que virou até notícia nacional devido ao vandalismo e aos prejuízos dos comerciantes, e duas enchentes, sendo que a última devastou a cidade. Deixa claro que todos os vereadores gostariam que não houvesse aumento nenhum; porém, lembra que a Câmara é uma Casa de Leis e, portanto, tem que trabalhar dentro da legalidade. Ressalta que muitas pessoas se aproveitaram dessa situação para colocar a culpa na Câmara; entretanto, frisa que os vereadores estão fazendo tudo o que podem, dentro da lei, quanto a esse aumento surreal de IPTU. Informa que a OAB e a Promotoria Pública, que têm conhecimento jurídico, não conseguiram fazer nada quanto a isso. Enfatiza que a administração pública só faz o que a lei determina. / **Brás Zagotto:** — Diz que é com muito orgulho que a Câmara vai homenagear, hoje, com a Comenda José Basílio de Souza – Seu Zezinho, o Grupo Geração 70/80, que é um grande exemplo esportivo para as gerações futuras. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Parabeniza o presidente pela homenagem e destaca que nesse grupo está a história do futebol de Cachoeiro de Itapemirim. / **Brás Zagotto:** — Considera esta uma homenagem justa, pois todos os membros desse grupo passaram pelas mãos do Seu Zezinho. Ressalta também que esse grupo faz um trabalho social no Município, distribuindo cestas básicas e outras coisas para a população. Passa a palavra ao Ronald, que falará em nome do grupo. / **Ronald Bastos Gomes:** — Cumprimenta a todos e, em nome do Grupo Geração 70/80, agradece aos vereadores pela importante Comenda José Basílio de Souza – Seu Zezinho. Ressalta que o Seu Zezinho foi um dos pioneiros na preparação e treinamento de vários atletas de futebol da cidade, contribuindo para a formação de grandes craques que se destacaram nos âmbitos estadual e nacional. Inclusive diz que a família do Seu Zezinho é de desportistas ligados ao futebol, desde o seu filho Verly Basílio de Souza a seus netos, que seguem as mesmas diretrizes. Informa que o Grupo Geração 70/80 foi criado em fevereiro de 2019, com a finalidade de fazer um resgate histórico dos jogadores dessas décadas e também reencontrar os amigos de infância e de juventude. Comenta que criaram um grupo de WhatsApp, com duzentos e sessenta participantes, quando surgiu a ideia de também fazerem uma confraternização anual. Menciona que o primeiro encontro aconteceu em julho de 2019, quando tiveram a felicidade de reunir duzentos participantes, vindos de várias cidades e Estados do Brasil, ocasião em que foram feitas muitas homenagens a diretores, treinadores, atletas e árbitros de futebol que se destacaram nessa época. Acrescenta que, após esse encontro, o grupo recebeu alguns convites, sendo um deles o da Rádio Mania FM, de Cachoeiro, que abriu espaço diariamente em seu programa de esporte, onde vários desses atletas foram homenageados e entrevistados. Inclusive registra que o grupo recebeu, em 2019, o 39º Prêmio Deusdedit Baptista – Equipe Tradição. Salienta que, em 2020, foi montada uma equipe para organizar o segundo encontro, mas, infelizmente, todos foram surpreendidos com a grande enchente ocorrida em Cachoeiro e nas cidades vizinhas cortadas pelo Rio Itapemirim. Então, conta que, diante dessa grande calamidade pública, o Grupo Geração começou a ampliar a sua finalidade para colaborar com as pessoas afetadas pela enchente, sendo realizada uma grande campanha de arrecadação de cestas básicas, colchões, fogões e água mineral. Agradece à comunidade de Atilio Vivácqua pela colaboração expressiva, através do Carlos Augusto Busato Barros, da então secretária de Esporte, Joelma Consuelo Fonseca, e do Prefeito Josemar Machado Fernandes, que, sensibilizados, doaram ao Grupo Geração um caminhão de gêneros alimentícios, fruto da arrecadação de um evento esportivo realizado naquela cidade, com a apresentação do maior jogador de futebol de salão de todos os tempos, que é o Falcão, para que fosse distribuído às famílias vítimas da enchente. Cita também a colaboração, em moeda corrente, de muitos amigos que vivem em outros Municípios e Estados e não mediram esforços para darem suas contribuições no momento difícil que Cachoeiro viveu. Destaca que, quando se reuniram novamente para

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



organizar o segundo encontro, foram surpreendidos com a terrível pandemia; no entanto, comunica que o grupo continuou ativo, através das redes sociais. Diz que mantiveram o trabalho social com recursos da venda de camisas e de máscaras com a logomarca do grupo, revertendo inteiramente o lucro para ajudar as pessoas. Informa que, nessas campanhas, já foram doadas mais de quinhentas cestas básicas, produtos de higiene e limpeza, remédios, fraldas, roupas de cama, colchões, entre outros itens, em Cachoeiro e também em Municípios vizinhos. Menciona que receberam também doação de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas, andadores e cama hospitalar, que são emprestados às pessoas acamadas ou em recuperação. Então, frisa que é com grande alegria que recebem essa honraria da Câmara Municipal, pois esse reconhecimento os fortalece para seguirem com esse projeto. / Em seguida, foi distribuído um adesivo do Grupo Geração 70/80 a cada vereador, sendo feito também o sorteio de uma camisa, cujo ganhador foi o Vereador Juninho Corrêa, e de duas máscaras, ganhando os Edis Evandro Miranda e Paulo Grola. / Logo após, os integrantes do Grupo Geração 70/80 foram convidados a comparecerem à frente do plenário para o registro de uma fotografia oficial com os vereadores. / **Evandro Miranda:** — Diz-se honrado pela Câmara conceder a Comenda José Basílio de Souza, pois o Seu Zezinho foi um de seus grandes professores. Registra que várias pessoas estão tentando confundir a cabeça da população no que se refere a aumento de IPTU. Lembra que, na audiência de ontem, o pessoal da OAB afirmou que não houve aumento. Ressalta que, ontem, alguns vereadores foram ao Tribunal de Contas e puderam trazer para Cachoeiro algumas informações, como o fato de o Município ter que aplicar esse recadastramento, mesmo que seja com desconto. Comenta que o prefeito sugeriu um desconto de 80% para pagamento à vista e 40% para parcelar, mas os vereadores lhe pediram que melhorasse o desconto nas parcelas para amenizar a dor da população. Reflete que essas informações não têm chegado ao povo, já que todos os dias recebe pessoas que não sabem que podem pedir a revisão de cálculo. Inclusive conta que várias pessoas pediram essa revisão, e a Prefeitura voltou ao valor normal. Enfatiza que não adianta quererem jogar a culpa nos vereadores, pois eles, na verdade, só estão tentando resolver o problema. Menciona que muitas pessoas lhe perguntaram se ia votar a favor da CEI, quando teve que lhes explicar que não havia nenhuma votação de CEI na Câmara. Deixa claro que os vereadores não vão fugir de suas obrigações e estão tentando encontrar meios junto ao governo para reduzir esses valores. Reconhece que pode ter ocorrido erro de medida, o que, com a revisão, será acertado. Informa que acorda de madrugada para trabalhar na padaria, onde emprega dez pessoas. Frisa que está como vereador e deseja crescer na política, mas de maneira correta e sem fugir de suas origens. Avisa que essas pressões não vão funcionar com ele, pois andará na linha correta e seguirá as orientações de seu assessor jurídico. Salaria que foi criada uma comissão na Câmara para averiguar tudo dentro da lei, sem fazer nenhum conchavo. Portanto, diz que é preciso levar para a sociedade a informação do que realmente está acontecendo em Cachoeiro. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Comunica que, ontem, nove vereadores foram ao Tribunal de Contas, em Vitória, e nove participaram da audiência pública na Câmara, sendo que o colega Alexandre de Itaoca estava acompanhando o pai que se acidentou. Diz que os vereadores foram surpreendidos com a presença do prefeito no Tribunal de Contas, onde ouviram, em alto e bom som, que realmente o recadastramento foi uma determinação do referido órgão a todos os Municípios do Estado do Espírito Santo. Ressalta que o impacto desse recadastramento foi muito grande, mas conseguiram ver uma luz no fim do túnel, pois o Tribunal determinou que isso fosse feito, mas não disse, em momento nenhum, que era para aumentar o valor. Lembra que o prefeito, antes, estava irredutível e não queria dar desconto nenhum. Então, agradece aos vereadores e à população cachoeirense por terem brigado, pois isso fez com que a administração municipal concedesse 80% de desconto em cima dessa diferença. Menciona que o Tribunal de Contas vai acatar o que os Poderes Legislativo



e Executivo definirem. Registra que conversaram com o prefeito na saída do TC, e ficou decidido que será feita uma proposta, em conjunto, com vistas a aumentar o percentual de desconto para pagamento à vista e também para o parcelado. Saliencia que questionou o prefeito quanto aos 40% de desconto para o pagamento parcelado, pois sabe que mais de 90% da população não vão conseguir pagar isso à vista e, portanto, os juros continuariam altos. Comenta que, quando o projeto chegar à Câmara, os vereadores poderão apresentar emendas juntos, aumentando para 90% o desconto para pagamento em cota única e 80% para o parcelado. Destaca também que mais uma conquista da Câmara foi a não cobrança da taxa de lixo das garagens. Frisa que foi dito no Tribunal de Contas que essa cobrança vem de uma lei federal e tinha que ser aprovada no Município para não trazer problemas para o Executivo. Então, informa que será feito um novo carnê sem a cobrança da taxa de lixo das garagens, inclusive diz que os vereadores vão solicitar também a retirada dessa tarifa dos terrenos baldios. / **Evandro Miranda:** — Deixa claro que essa vitória é dos vereadores e do povo cachoeirense. Enfatiza que os vereadores não estão de brincadeira na Câmara, e sim a favor do povo, mas sempre usando os meios legais. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que foi falado lá também sobre a cobrança que haverá no próximo ano em cima da Planta Genérica, aprovada na Câmara. Então, registra que foi dito pelos conselheiros do Tribunal que a comissão criada na Câmara deve acompanhar isso para que, no ano que vem, não haja essa elevação de juros. / **Evandro Miranda:** — Diz ter fé de que os vereadores terão sucesso nisso, do jeito certo, sem atropelar nada. Esclarece que o IPTU não tem nada a ver com a CEI, mas as pessoas estão confundindo isso. / **Ledino Macatrozo (Cinco minutos cedidos pelo Vereador Sebastião Ary Corrêa):** — Cumprimenta a todos e diz que o poder público não tem dado o devido valor à população e, infelizmente, quem deveria representá-la não o faz com eficiência e com eficácia; assim, ela está entregue à própria sorte. Faz uma breve retrospectiva, lembrando os seguintes fatos: em fevereiro de 2017 – greve da Polícia Militar no Espírito Santo, com saques e arrombamentos no comércio; no dia 04/12/2018 – subsídio para a Viação Flecha Branca, no total de 3,3 milhões de reais para serem pagos em quatro anos; em 2020, no dia 25/01 – maior enchente registrada em Cachoeiro até hoje; no dia 17/03 – início da pandemia em Cachoeiro; dos dias 22/03 a 22/04 – lockdown desnecessário de trinta dias; no dia 03/10 – aumento de salário dos vereadores para mais de 10 mil reais, o equivalente a 69,70% de acréscimo; 23/12 – autorização para aumentar o IPTU e a criação da taxa de lixo; em 2021, de 18/03 a 06/04 – lockdown desnecessário de dezenove dias; em junho – aumento abusivo do IPTU. Lembra que já chegou à metade do ano e que a população ainda não colheu os frutos vindos da Câmara Municipal, visto que os vereadores, que foram eleitos e reeleitos para suprir as necessidades dela, fizeram o contrário, suprimindo todos os seus direitos e impondo as vontades maquiavélicas do Poder Executivo. Ressalta que a população está fazendo das tripas coração para tentar sobreviver a esta pandemia, que insiste em ceifar vidas, destruir a economia, acabar com os empregos e com a vida social, mas as “porradas” que está recebendo do poder público a deixam enfraquecida dia após dia. Diz sentir vergonha de falar isso na Câmara, já que os vereadores foram eleitos justamente para representar o povo. Inclusive menciona que a impressão que tem é que os vereadores não estão fiscalizando os atos do Poder Executivo como deveriam e, assim, aos olhos do povo, estão deixando a desejar. Destaca que o assunto que está em todas as mídias é o aumento do IPTU, enquanto que o prefeito afirma que foi feita uma atualização da planta imobiliária e que os imóveis estavam desatualizados há mais de dezenove anos. Recorda que, em 2010, com o Projeto “Endereço Cidadão”, o então Prefeito Casteglione fez um novo recadastramento, e o número de todos os imóveis do Município mudou, o que gerou um custo na contabilidade do comércio, porque foi necessário mexer no contrato social única e exclusivamente para atualizar o novo número e evitar ser multado pela própria Prefeitura e pelas Receitas Estadual e Federal, se os dados estivessem divergentes.



Comenta que a Prefeitura gasta horrores com propagandas em todas as mídias e poderia ter tido a hombridade de informar à população que ela seria literalmente “estuprada” em julho, sem dó nem piedade. Frisa que a grande questão é saber que empresa fez a atualização da planta imobiliária de Cachoeiro, como isso foi feito, já que dizem que foi por avião e por drone, e quem são os vistoriadores que ninguém nunca viu percorrendo a cidade. Informa que a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – tem os registros de sobrevoos em Cachoeiro. Pergunta se 11 milhões de reais pagos a essa empresa não foi um valor exagerado. Indaga se realmente o serviço feito valeu tudo isso. Registra que há indícios de muita coisa errada que precisa ser investigada, pois esse dinheiro deveria ter sido usado para suprir as necessidades da população, com medicamentos, consertos de ruas esburacadas, construção de muros de arrimo, calçamentos, saneamento básico e muito mais. Diz que quem não deve não teme; então, solicita aos vereadores que façam o pedido de instauração de uma CEI para investigar a empresa que fez a atualização da planta imobiliária em Cachoeiro, pois esse é o primeiro passo para os edis se redimirem perante a população. A título de informação, deixa claro que não representa vereador nenhum. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz ao Sr. Ledino que, como vereador, participou da votação do subsídio, que foi um acordo do governo anterior, do PT, com o Consórcio Novo Trans para não haver reajuste da passagem do transporte coletivo durante certo tempo. Frisa que houve um acordo do gestor, que sabia que iria finalizar seu mandato em dois anos e passou a responsabilidade desse reajuste para outro governo. Registra que, naquele momento, a proposta era de não repassar o reajuste à população, sendo feita uma soma desse valor e do número de usuários do transporte coletivo, o que resultou em “x” milhões de reais na época. Cita, como exemplo, que de Itaoca para Cachoeiro a passagem era de cerca de 9 reais e retroagiu para 3 reais e 20 centavos, e até hoje a comunidade é agraciada com isso. Reflete que o Sr. Ledino tem que se candidatar na próxima eleição. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Comenta que esse senhor queria ser candidato e não sabe por que não foi. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pede ao Ledino que se candidate para defender todas as questões que citou na Câmara e também para entender que, infelizmente, vereador não tem o poder da caneta. Informa que, quando o projeto de reajuste do IPTU chegou à Câmara, no ano passado, os vereadores não sabiam que estava programado um recadastramento em Cachoeiro, embora soubessem que isso estava defasado. Enfatiza que votaram para esse aumento ser escalonado em quatro anos, no valor de 2020; assim, quem pagava, por exemplo, 100 reais, ao final de quatro anos, pagaria 200 reais. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Lembra que os vereadores não votaram aumento de IPTU. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Ressalta que os vereadores votaram a Planta Genérica. Diz ter certeza de que há muitos tubarões de água suja ouvindo os vereadores, sendo uma meia dúzia de canalhas oportunistas que terá a chance de, daqui a um ano e meio, disputar uma eleição. Inclusive salienta que muitos deles já disputaram e perderam, sendo que, agora, ficam na água suja se aproveitando de situações para fazer politicagem, sem nenhuma responsabilidade com a população. Conta que foi criada uma comissão na Câmara para apurar o que aconteceu em Cachoeiro envolvendo essa empresa, tendo sido pedido à Prefeitura todos os documentos. Deixa claro que a intenção de apurar esses fatos relacionados à empresa não tem nada a ver com CEI nem com aumentar ou retroagir o valor do IPTU. Avisa que a Secretaria de Fazenda está aberta e que a comissão é muito responsável para tratar desse assunto, não sendo politqueira. Enfatiza que não chegou à Câmara atrás do salário de vereador, até porque, há quatorze anos, ganhava 10 mil reais por mês e tinha suas máquinas, que custaram 350 mil reais. Frisa que não é usurpador, surfador de ondas nem covarde como foi dito; portanto, pede ao Sr. Ledino que respeite as pessoas e conheça a história delas. Inclusive diz que ele deve se candidatar para ocupar uma vaga na Câmara e defender da população. Agradece a Deus por viver num País democrático, onde o eleitor elege seu parlamentar pelo voto direto. Salienta que não está agredindo nem denegrindo a imagem



de ninguém, e sim chamando essas pessoas para lutarem com honestidade, em vez de se aproveitarem de uma situação para fazer politicagem, o que acha até covardia. Continuando o seu discurso, informa que, ontem, o seu assessor foi registrar alguns documentos e, sem querer, lançou o nome do Vereador Alexandre Andreza na CEI. Avalia que a política tem que ser limpa e justa, e não agredindo ninguém com mentiras nem difamando a Câmara. Frisa que tem compromisso e a consciência tranquila de que nunca pegou nada de ninguém. Registra que acredita nas oportunidades justas e limpas. Menciona que faz parte da base aliada do prefeito, mas sairá no momento em que achar que ele não é uma pessoa de caráter para administrar Cachoeiro de Itapemirim. Deixa claro que, se a comissão encontrar alguma irregularidade, será aberta a CEI. Ressalta que na Câmara não há crianças nem moleques e tudo é feito com responsabilidade. Diz que fez questão de ser suplente do presidente dessa comissão, porque sabe que seus integrantes são homens de caráter. Salienta que o Sr. Ledino precisa entender também um pouquinho da Constituição e da legalidade quanto ao salário dos vereadores. Comunica que um deputado estadual ganha mais de 30 mil reais e nunca reivindicou nada para esse cidadão, que também não o questionou. Destaca que deputado anda de Corolla, com motorista, tem casa paga e ainda recebe 33 mil reais por mês. Garante que, se o salário do vereador fosse 1 mil reais ou nem existisse, estaria na Câmara da mesma forma e lutaria para tratar de sua família, como sempre fez. Afirma que sempre trabalhou, nunca “andou” na água suja de ninguém, não precisa do sofrimento das pessoas para ser feliz e também não pisa na cabeça de ninguém para chegar mais à frente. Comenta que quer votar no Sr. Ledino para ajudá-lo a ocupar uma vaga na Câmara e, assim, entender que vereador não tem o poder da caneta nas mãos para dar uma resposta à sociedade. Registra que os vereadores buscaram o que era possível para melhorar aquilo que o Poder Executivo apresentou, respaldado pelo Tribunal de Contas. Pergunta quem criou a taxa de lixo. Lembra que o Sr. Ledino, com tanta sabedoria, não mencionou que a taxa de lixo foi criada pelo Governo Federal. Informa que o Tribunal de Contas recomendou que essa taxa fosse aprovada em Cachoeiro, pois, na virada do mandato, não haveria a coleta de lixo com recurso público, o que teria que ser feito com o dinheiro arrecadado com essa tarifa. Indaga o que os vereadores vão ganhar criando despesa para a população. Frisa que não assina a CEI enquanto não for feito o trabalho da comissão, que foi criada para apurar os fatos. Diz que não acredita na CEI, apesar de ter o maior respeito por quem a solicitou. Enfatiza que jamais vai massacrar a comunidade só porque tem o desejo de ser deputado estadual ou federal ou porque quer que alguém seja eleito e, para isso, precisa mentir e denegrir a imagem das pessoas. / **Ely Escarpini:** — Parabeniza o Vereador Alexandre de Itaoca pelas palavras firmes, prudentes e seguras. Comenta que em Cachoeiro alguns loteamentos foram feitos de forma irregular, sem oferecer infraestrutura nenhuma, ficando nos ombros do Poder Executivo fazer as melhorias, as quais deveriam ter sido feitas por quem vendeu os lotes. Registra que apresentou duas indicações, sendo que para uma delas conversou com o pessoal da AGERSA e da BRK sobre a extensão de rede de água e de esgoto na Rua Arnaldo Carriço, que é um pedido da comunidade. Então, informa que, na quinta-feira, às 10:00 horas, haverá uma reunião na citada rua e que quem vai pagar esse serviço será a AGERSA. Menciona que solicitou à Secretária de Meio Ambiente, a Luana, a retirada de uma árvore que está perto do Restaurante Dom Garcia, na Avenida Aristides Campos, a qual está causando problemas para o referido comércio. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece aos vereadores que participaram, ontem, da audiência pública. Afirma que audiência pública é um elemento legislativo importantíssimo para se iniciar qualquer tipo de averiguação, já que podem participar dela a sociedade civil organizada e grupos sociais, além de dar voz à Secretaria de Fazenda para fazer seus esclarecimentos. Informa que essa comissão já solicitou todas as documentações e fez alguns questionamentos, como os dias que aconteceram o recadastramento, quem foram os recadastradores, qual foi a tecnologia utilizada, qual foi o



investimento da empresa nos serviços, quais são as tabelas e os questionários, os documentos da população que recebeu os recadastradores, o cronograma de exposição e se o cumprimento do acórdão de fato ocorreu com a publicidade específica no site da Prefeitura. Frisa que nenhum vereador está contra a CEI, mas indaga como abrir uma comissão especial sem documentos. Então, registra que primeiro é preciso de aferição técnica, de auditoria e que o Ministério Público se manifeste. Lembra que o MP não se fez presente na audiência pública ontem, mesmo tendo sido convidado e até provocado muitas vezes. Deixa claro que é preciso dar prosseguimento legal e resolver o problema do IPTU. Enfatiza que todos os vereadores querem a suspensão do valor cobrado, a revogação e um recadastramento transparente e justo, mas não atropelando os trâmites e fazendo circo. Avalia que o que tem sido feito é um circo, com a exposição da vida dos vereadores. Conta que, no dia da audiência pública, recebeu a mensagem de um cidadão dizendo que ele, Diogo, e os vereadores estavam precisando de escolta policial. Inclusive diz que tem o print disso e vai anexá-lo à ata depois. Ressalta que outros cidadãos, que se dizem jornalistas, querem expor a vida privada dos vereadores. Saliencia que não gosta do Presidente Jair Messias Bolsonaro e tem o direito democrático de se manifestar, independente do ponto de vista dos colegas vereadores; porém, há jornalistas que estão expondo a sua vida, suas conversas e até informando que o Vereador Diogo trabalha em determinadas escolas e ainda falando para alunos e pais terem cuidado com o professor. Informa que tem família e que está trabalhando com transparência e lisura em prol da sociedade. Menciona que jamais defendeu o Prefeito Victor Coelho, inclusive já teve muitos debates democráticos e calorosos com o Vereador Delandi Macedo, mas nunca perderam o respeito um pelo outro. Deixa claro que em nenhum momento passou a mão na cabeça do prefeito, apenas tem um papel a cumprir, até porque os seus eleitores exigem transparência e lisura em seus atos, e não sensacionalismo. Diz que pessoas estão invadindo o seu celular para o pressionar. Reconhece que a população tem o direito de se manifestar, já que foi lesada, mas registra que os vereadores também tiveram aumento de IPTU. Inclusive comenta que pediu revisão do valor do seu imposto. Avisa que esse recadastramento não foi votado pelos vereadores nem o projeto de lei que chegou à Câmara, no apagar das luzes de 2020, falava sobre aumento de IPTU. Pede às pessoas que parem de fazer covardia, expondo a vida de vereadores e até postando vídeos, do qual não retira uma palavra, e sim confirma: “Fora, Bolsonaro!” Enfatiza que tem o direito de se expressar e respeita o direito dos colegas que vão às manifestações, basta ver que não usou as redes sociais nem pagou jornalista para reprimir alguém que apoia o Bolsonaro, visto que o presidente foi eleito democraticamente; porém, não concorda que associem isso ao IPTU, dizendo que ele, Diogo, está passando a mão na cabeça do prefeito porque é comunista. Sugere a essas pessoas que estudem história e tomem vergonha na cara, pois os vereadores são trabalhadores e têm família. Agradece aos colegas por não estarem agindo de forma estapafúrdia defendendo uma CEI sem documentação, até porque isso seria dar um tiro no pé, no escuro, já que podem averiguar e não achar nada, e aí a Câmara virar chacota para a sociedade, como virou quando quiseram apresentar um projeto de lei contra um decreto estadual. Pergunta o que o Tribunal de Contas e o TJ fizeram. Indaga ao presidente se essa lei foi sancionada, pois, se foi, haverá multas. Pede que parem de jogar para a galera e ajam com seriedade na Câmara Municipal, não colocando os vereadores no fogo e ainda jogando gasolina na fogueira. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que fará um decreto para, a partir da próxima terça-feira, as pessoas que forem usar a tribuna popular se identifiquem e informem sobre o assunto que vão tratar para os vereadores não caírem em situação como a de hoje. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Informa que convidou o Sr. Márcio Costalonga e a equipe da EDP para o acompanharem até Monte Alegre, que é uma comunidade pouco assistida. Saliencia que os moradores de lá sempre questionam sobre a queda constante de energia. Conta que rodaram por Monte Alegre e também em algumas partes de Pedra Lisa, sendo que o pessoal da EDP



constatou que realmente é preciso fazer lá alguns reparos, inclusive se comprometeu a resolver o problema o mais rápido possível. Registra que, neste exato momento, o pessoal da Secretaria de Interior está naquela comunidade fazendo um serviço bacana, razão pela qual parabeniza o Secretário Alexandre Bastos e o Subsecretário Romário. Comenta que eles trabalharam em parte daquela estrada, mas logo choveu e estragou o serviço, o qual, agora, está sendo refeito, dando-se, mais uma vez, atenção à comunidade. Fala também sobre a necessidade urgente de limpeza das fossas, visto que aquela comunidade não conta com o serviço de rede de esgoto. Então, pede a ajuda do presidente e dos colegas vereadores para que também façam essa reivindicação, porque aqueles moradores precisam ser atendidos com rede de telefone celular, de internet, de energia de qualidade e com obras. Deixa claro que está representando a comunidade de Monte Alegre e também de Pacotuba, de Pedra Lisa e as localidades ao redor. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Diz ao presidente que o Regimento da Câmara é claro quanto à utilização da tribuna popular, basta cumpri-lo, não sendo preciso criar mais nada. Ressalta que o presidente jamais vai cercear o direito democrático de qualquer cidadão de utilizar a tribuna popular, mas lembra que o artigo 88 do Regimento diz o seguinte: “O cidadão, no pleno exercício de seus direitos políticos, e representantes de entidades civis devidamente legalizadas poderão requerer ao presidente da Câmara o uso da palavra durante as sessões legislativas ordinárias, para manifestarem-se sobre projetos de lei em pauta.” Avisa que não está sendo votado nenhum projeto de lei dispendo sobre IPTU. Deixa claro que é preciso atender o que determina o Regimento da Casa. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, de agora para frente, vai trabalhar em cima do Regimento Interno da Câmara. / **Paulo Grola:** — Concorde com o que o Vereador Diogo Lube está fazendo e diz que apoiará tudo o que for bom para Cachoeiro e para o povo. Lembra que os vereadores ganharam a eleição para trabalhar com honestidade. Salienta que, mesmo que o salário de vereador fosse 1 mil reais, seria candidato, porque sempre trabalhou em sua vida. Diz saber que esse problema do IPTU chegou em hora errada, já que as pessoas não têm como pagar isso. Frisa que os vereadores têm que atender o povo de Cachoeiro de Itapemirim. / **Delandi Pereira Macedo:** — Classifica como salutar o debate acalorado, que, muitas vezes, demonstra a indignação dos vereadores com determinados fatos. Lamenta que alguns cidadãos não respeitem a Câmara nem conheçam o trabalho dos vereadores, pois são enxertadas com conversas, como se no Legislativo Municipal tivesse um bando de pessoas não comprometidas com a sociedade e com o serviço público. Avalia que alguns desses cidadãos gostariam de estar na Câmara, sendo importante que eles façam suas tentativas e conquistem este espaço, que é público. Enfatiza que há na Câmara pessoas responsáveis e dignas. Reflete que, talvez, na política, as pessoas estejam medindo todos com a régua baixa. Cita o ditado popular que diz que o bom julgador por si julga. Assim, diz que, segundo a psiquiatria, quando uma pessoa bate muito em cima de uma questão, é porque ela é o seu calcanhar de Aquiles. Destaca que existem muitos meios de corrupção, mas a má conversa nos bastidores leva as pessoas a entenderem que, na política, todos são farinha do mesmo saco. Lembra que os vereadores foram eleitos para representar o povo de Cachoeiro e estão fazendo isso muito bem. Inclusive comenta que, desde que os vereadores souberam dessa reviravolta do IPTU, estão trabalhando unidos e tentando um ajuste para que o povo possa ter tranquilidade. Diz-se envergonhado ao ver o que uma emissora como a Rede Globo está fazendo de forma descarada e também com a CPI do Congresso Nacional, que virou uma balbúrdia, uma vergonha. Pergunta se todos aplaudem o que está sendo feito naquela CPI. Menciona que não acha que aquela CPI está certa, porque foi criada com o intuito político de fazer sangrar o governo, e não em busca da verdade dos fatos. Frisa que quem está na política deve ser mais responsável, e não pode ficar sangrando as pessoas para alcançar o poder. Deixa claro que é contra qualquer tipo de extremismo da esquerda e da direita, pois é preciso fazer uma política pura. Registra que acabou a eleição, mas



algumas pessoas continuam no planque querendo desidratar o governo, que tem ainda três anos e meio pela frente, como é o caso do prefeito e dos vereadores. Ressalta que é preciso trabalhar unidos para que tudo dê certo, e não pensando em se projetar para a eleição do ano que vem, querendo subir no pescoço das pessoas. Analisa que, assim, não estão querendo o bem do povo, e sim o poder político, pois as pessoas usam as rádios, a web e o WhatsApp para falar mal até dos próprios colegas vereadores. Informa que protocolou um ofício e o encaminhou ao prefeito, solicitando a prorrogação do vencimento do IPTU, porque julho está muito em cima. Inclusive conta que propôs o vencimento para novembro, e o prefeito entendeu que é preciso prorrogar sim e achou que pode ser em setembro. Então, comunica que o prefeito vai enviar um projeto para a Câmara prorrogando esse prazo. Destaca que também fez um ofício solicitando a revisão das alíquotas e consequentes valores de IPTU e da taxa de lixo. Portanto, frisa que os vereadores estão lutando para tentarem melhorar isso, dentro do que a lei permite, e o prefeito já entendeu que pode dar um desconto de pelo menos 80% no valor que foi aumentado. Reconhece que isso ainda não é o suficiente devido à crise e que não há possibilidade de as pessoas pagarem esse aumento de IPTU na forma como ele foi colocado. Lembra que, ontem, os vereadores estiveram no Tribunal de Contas e, depois, perguntaram ao prefeito por que essa diferença tão grande, sendo 80% de desconto para quem pagar à vista e 40% para quem parcelar em três vezes. Então, diz que os vereadores pediram ao prefeito que analisasse a proposta de dar 90% de desconto para pagamento à vista e 80% para o parcelado. Menciona que, em seu entendimento, essa diferença é como se a Prefeitura tivesse cobrando juros de 40% para dividir em três vezes. Diz esperar que, dentro da análise que será feita pela Secretaria de Fazenda, a administração também chegue a esse entendimento. Frisa que o avanço deve ser com diálogo, e não com briga e ódio no coração. Deixa claro que respeita as manifestações populares e o direito de as pessoas virem à Câmara, como o rapaz fez hoje, mas percebe que o discurso está sendo de ódio. Enfatiza que na Câmara não há inimigo da população, e sim vereadores que trabalham, têm respeito, dignidade e família. Afirma que na Câmara não há bandido nem moleque, mas usaram a tribuna para praticamente dizerem que os vereadores são irresponsáveis. Registra que solicitou a eliminação da cobrança da taxa de lixo das garagens, e o prefeito já sinalizou que vai fazer isso, o que mostra que os vereadores estão avançando. Acrescenta que solicitou também que fosse retirada a cobrança dessa taxa das áreas não edificadas ou comprovadamente inabitadas. Deixa claro que não concorda que seja cobrada essa taxa de terreno baldio, que não gera lixo. Conta que aprendeu quando foi secretário de Meio Ambiente que quem gera lixo tem que dar destino ao mesmo. Lembra que os vereadores não aprovaram a taxa de lixo, apenas a regulamentaram, visto que ela foi aprovada pelo Congresso Nacional, que obrigou todos os Municípios a fazerem isso. Avalia que essa taxa deveria ser cobrada na conta de água, o que não é feito porque o número de pessoas cadastradas na BRK é menor do que o de imóveis cadastrados no IPTU. Explica que é menor porque na BRK não constam garagens nem terrenos baldios, os quais não têm cobrança da tarifa de água. Assim, analisa que o mais justo seria que a cobrança da taxa de lixo fosse na conta de água para cobrar de quem realmente usa aquele ambiente. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, se a taxa de lixo fosse cobrada na conta de água, o contribuinte não sentiria peso no bolso, porque daria uma média de 10, 11 reais por mês. / **Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que quase todos os vereadores estiveram na estação de tratamento do Bairro Baiminas e solicitaram que fosse feito o teste da água; então, registra que recebeu o relatório da AGERSA, inclusive diz que vai postar uma cópia no grupo de WhatsApp dos vereadores e dar divulgação a isso, informando que a análise da água colhida lá está dentro dos padrões. Destaca que, além desse material, há também o que foi colhido na sede dos Distritos de Burarama, Conduru, Itaoca, Pacotuba, Santana, São Vicente, Córrego dos Monos, Coutinho, Soturno e Alto Moledo. Assim, fala da importância de os vereadores estarem



sempre acompanhando as situações do Município, apesar de haver pessoas que querem desacreditar o trabalho dos edis. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Registra a sua indignação com o que fizeram com o Vereador Diogo Lube e destaca que as viúvas da política de Cachoeiro, quando têm alguma munição, saem metralhando para todos os lados. Avalia que estão desinformando a população, já que quase todos os vereadores estão recebendo mensagens no WhatsApp de pessoas que nunca viram, que não têm conhecimento nem o domínio do que está acontecendo em Cachoeiro. Frisa que as viúvas da política ficam incentivando essas pessoas a agirem de forma covarde com a Câmara, como se o que os vereadores fizessem fosse errado. Diz que, apesar de ser vereador do PDT, que é um partido de centro-esquerda, foi eleitor e é defensor do Presidente Bolsonaro. Ressalta que começa a entender que muita gente passou a odiar o presidente da República não só pela fala dele na televisão, mas também pelo extremismo das pessoas ao redor. Então, deixa claro o seu apoio ao Vereador Diogo e afirma que o colega está fazendo um belíssimo trabalho no que se refere à cobrança absurda de IPTU. / **Adriano Pereira Verediano:** — Fala da sua indignação a respeito de alguns fatos que vêm ocorrendo desde que a população tomou ciência do aumento do IPTU e deixa claro que os vereadores se empenharam em lutar contra isso. Diz que a mídia e as redes sociais vêm distorcendo o que a Câmara está construindo e que isso traz muito desgaste para os vereadores, que são pais de família e trabalhadores. Afirma que, se a política for feita de forma correta e justa, sempre será uma ponte para qualquer coisa. Reclama que está sendo feita política de forma politqueira, pois estão difamando a Câmara, a qual tem grande responsabilidade para com a população. Comenta que estão dizendo nas redes sociais que a Câmara é um “puxadinho” do Poder Executivo, que o prefeito manda e desmanda no Legislativo e que, antes de tomar qualquer decisão, os vereadores vão pedir a benção no palácio. Conta que está recebendo em seu celular várias mensagens tentando pressioná-lo a assinar a CEI. Frisa que não tem o “rabo preso” com ninguém e que não merece o que está passando nesses últimos dias, sendo até ofendido por pessoas covardes que não se identificam nas mensagens. Enfatiza que tem caráter e não admite que falem dele. Salienta que tudo o que conquistou na sua vida foi com trabalho e dignidade e que foi eleito vereador pelo voto da população. Lamenta que, em um momento como este, ao invés de dar boas sugestões, algumas pessoas só querem fazer críticas. Solicita ao Presidente Brás que seja feito um ofício, informando a respeito do trabalho que a Câmara está fazendo quanto ao aumento do IPTU, pois os vereadores estão levando muitas “porradas”. Entretanto, registra que muitas pessoas acreditam na Câmara e no processo que está sendo elaborado pela comissão, que foi criada para tratar desse aumento. Inclusive parabeniza os vereadores que fazem parte da comissão, os colegas Diogo, Allan e Paulinho Careca, e declara o seu apoio à mesma. Deixa claro que é vereador para honrar os votos que recebeu da população, fiscalizando e cobrando a quem de direito. Informa que o pedido para abertura da CEI terá a sua assinatura, desde que seja feita uma auditoria e haja dados concretos para essa iniciativa. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que todas as ações da Câmara estão sendo divulgadas. / **Adriano Pereira Verediano:** — Repete que está indignado com toda essa situação e afirma que os vereadores estão trabalhando para que o aumento do IPTU seja revisto. Frisa que a população quer que esse aumento seja zerado, mas o Tribunal de Contas já explicou que isso não pode ocorrer; então, diz que os vereadores estão buscando alternativas para que esse aumento traga menos impacto para a sociedade. Inclusive menciona que o Poder Executivo vai enviar um projeto para a Câmara que trata do aumento do IPTU e que os vereadores poderão propor emendas para tentar amenizar a situação do povo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta que os vereadores vêm recebendo críticas de pessoas que não enxergam um palmo adiante do nariz. Explica que os edis estão trabalhando em cima de duas vertentes, ou seja, tentar diminuir o valor do IPTU de 2021 e fazer com que, em 2022, esse imposto não tenha um aumento abusivo.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Conta que o prefeito disse que vai prorrogar o vencimento do IPTU para o dia 15/09, assim, haverá tempo para que os Poderes Executivo e Legislativo possam ajustar a forma como será feita a cobrança em 2021. Comenta que, infelizmente, o povo está sendo usado como massa de manobra e que, como se observou no início desta sessão, um rapaz, que parece ser simples, foi induzido a criticar os vereadores, os quais são honestos e trabalhadores. Segue registrando que foi noticiado nos telejornais que a Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiro vai receber a metade das doses da vacina contra o Covid-19 na próxima remessa, porque não atingiu a meta de 80% da vacinação do público na última etapa. Explica que quem faz a averiguação desses números é a Secretaria Estadual de Saúde e deixa claro que não acredita nesses dados, porque sabe da capacidade dos técnicos de enfermagem, enfermeiros e demais profissionais da área de saúde de Cachoeiro. Então, diz que pediu a sua assessoria para encaminhar um documento à Secretaria de Saúde solicitando esclarecimentos do por que Cachoeiro receberá apenas metade das doses da vacina. Inclusive salienta que a alegação é de que houve problemas com a internet para o lançamento das informações. Afirma que a culpa pela falta de internet nas unidades de saúde, como nas dos Bairros Gilson Carone e Nossa Senhora Aparecida e também nas do interior, é da Prefeitura. Relata que a DATACI foi extinta e que a nova empresa que está prestando serviço na área de informática ao Município não está fazendo um bom trabalho, pois houve problemas no processo seletivo e a internet não está funcionando nas unidades de saúde. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Inicia o seu discurso citando o seguinte versículo bíblico: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Reflete que, muitas vezes, as pessoas não são libertas, porque não querem conhecer a verdade. Frisa que os vereadores lutaram para que o IPTU fosse revogado, pois esse era o clamor da sociedade, mas o Tribunal de Contas informou que, de acordo com a lei, não há essa possibilidade. Deixa claro que os vereadores estão buscando junto ao prefeito minimizar os danos ocasionados à população pelo cadastramento imobiliário. Então, diz que o prefeito está formulando um projeto de lei que propõe a redução de 80% para o pagamento à vista do IPTU e 40% no parcelado. Acrescenta que os vereadores querem que sejam tomadas outras medidas para minimizar ainda mais o impacto do valor do imposto para a população, que já vem sofrendo com a enchente e os problemas causados pela pandemia. Enfatiza que os vereadores não mudaram o discurso, porque foram comprados, conforme foi dito por algumas pessoas, mas sim diante da força da lei e esclarece que não havia como avançar com o pensamento de revogar o aumento do IPTU. Comenta que o Poder Executivo já reconheceu o próprio erro e vai corrigi-lo, enviando à Câmara um projeto de lei; assim, afirma que esse é o limite do Legislativo. Registra que a CEI é legítima, mas, infelizmente, muitos adversários dos vereadores se aproveitam do momento para fazer guerra, influenciando as pessoas que não têm grande conhecimento, não entendem os trâmites e acabam ofendendo todos os edis. Explica que os vereadores estão juntando documentos para saber se houve ato ilícito ou não. Assegura que, se houver alguma ilicitude, a CEI será criada para apurar os fatos. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o Vereador Marcelo pela fala de hoje e de ontem, na audiência pública. Diz que os vereadores têm compromisso com a verdade e não querem fazer politicagem. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Agradece ao Vereador Delandi pelo aparte. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que foi surpreendido com uma publicação dando conta de que Cachoeiro vai receber apenas metade das doses da vacina contra o Covid-19 por não ter cumprido a meta de 80% de vacinação na etapa anterior. Salienta que entrou em contato com o secretário Municipal de Saúde que disse que o erro foi no lançamento de informações no sistema entre o Estado e o Município. Comenta que sugeriu ao secretário que peça uma retificação dos dados, porque os cidadãos de Cachoeiro não podem sofrer represália do Estado por um problema de gestão. Avalia que os vereadores não



podem aceitar que o Município receba menos doses de vacina, devido a um problema de software.

/ **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Pede que a Comissão do Covid da Câmara faça um documento, intercedendo pela população de Cachoeiro que não pode ficar sem vacina por causa de um erro de software.

/ **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Também solicita que a Comissão de Saúde da Câmara intercede junto ao Município e ao Estado para que essa situação seja revertida. Segue relatando que a audiência pública realizada ontem já está dando frutos, pois foram pedidas todas as informações e documentações necessárias para apurar o que pode ser feito, dentro da legalidade, a respeito do aumento de IPTU. Lamenta que muitas pessoas sejam utilizadas como massa de manobra, pois não sabem o que é uma CEI. Inclusive diz que muitos cidadãos lhe perguntaram se não iria assinar o pedido para a abertura da CEI para reduzir o valor do IPTU. Conta que, graças a Deus, a questão do IPTU já está sendo resolvida, sem atos populistas nem jogar para a galera. Menciona que há pessoas, que são políticas, dizendo nas redes sociais que são favor a que o IPTU seja zerado, o que também é desejo de todos os vereadores, mas esclarece que não é possível fazer isso legalmente. Deixa claro que a Câmara deve primar pela legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade institucional, que são os preceitos da administração pública. Afirma que os vereadores estão a favor do povo, e não devem ser ofendidos nas redes sociais. Registra que a sua vida é ilibada e que nunca fez nada que possa manchar a sua imagem. Declara que faz parte da base aliada do prefeito, aprova o que é bom para a população e rejeita o que é ruim. Avalia que, se for necessário abrir uma CEI, isso deve ser feito baseado em documentação, e não como a CPI do Covid, em Brasília, que é meramente política. Ressalta que não é contra a CEI e, se for preciso, vai assinar o pedido de abertura, mas tudo deve ser feito de forma legal. Assegura que, se houver erro nessa questão do IPTU, os culpados devem pagar e acrescenta que está na Câmara para honrar a população que o elegeu com dois mil e noventa e seis votos.

/ **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o Conselheiro Carlos Ranna, do Tribunal de Contas, elogiou o posicionamento dos vereadores de Cachoeiro diante da questão do aumento do IPTU e se colocou à disposição da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários sobre o assunto.

/ **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que, depois que a comissão da Câmara concluir os trabalhos, todos os documentos deverão ser apresentados ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, assim, esses dois órgãos também poderão averiguar como foram investidos os 11 milhões de reais pagos à empresa contratada para fazer o cadastramento imobiliário em Cachoeiro. Conclui que, se os vereadores não ficarem satisfeitos com as respostas dadas, que a CEI seja aberta para apurar mais profundamente os fatos.

/ **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que quer fazer alguns esclarecimentos, pois parece que há vereadores achando que ele, Ary, está incitando as pessoas contra os edis, o que deixa claro que não está fazendo. Ressalta que é favorável à criação da CEI e lembra que, quando foi vereador em outro mandato, as audiências públicas eram feitas antes da contratação de empresas, como a que fez o cadastramento. Menciona que a Prefeitura não deu publicidade nenhuma ao aumento do IPTU e apenas executou as cobranças. Esclarece que, em nenhum momento, disse que a CEI é para diminuir o valor do IPTU, e sim para investigar os 12 milhões 251 mil reais que foram gastos com a empresa que fez o cadastramento imobiliário. Comenta que, até a semana passada, não havia nada sobre essa empresa no site da Prefeitura, mas, agora, foram colocadas informações sobre avião, carros e pessoas que fizeram curso para realizar o cadastramento, o que considera ser uma “maquiagem”. Se não há nada de errado, pergunta por que não fazer uma CEI, cujo objetivo é trazer pessoas à Câmara para prestarem esclarecimentos. Recorda que, no passado, foi criada uma CEI a seu pedido para tratar da venda de lotes no Bairro Gilson Carone e que um homem saiu da Câmara preso. Frisa que não está acusando ninguém e que o seu desejo é saber para onde foi dinheiro e se dá para recuperá-lo, pois o serviço realizado pela empresa foi malfeito, já que não dá para um avião



verificar se ocorreram mudanças dentro dos imóveis. Analisa que ninguém está induzindo as pessoas, porque elas não são bobas. Repete que não disse que a CEI é para diminuir o valor do IPTU e, agora, querem jogar isso na sua conta. Deixa claro que propôs a criação da CEI e que os vereadores não são obrigados a assinar o pedido de abertura nem votar a favor. Lembra que, no dia em que assumiu o cargo de vereador, disse ao prefeito que não estava na Câmara para fazer oposição ao governo e que votaria a favor de tudo que fosse bom para o povo e rejeitaria o que fosse ruim. Informa que a ex-vereadora e advogada Renata Fiório fez um documento, mostrando tudo o que está errado nesse processo do recadastramento. Diante disso, diz que pediu a abertura de uma CEI, o que é prerrogativa do vereador. Registra que não pediu a nenhum vereador para assinar o projeto que cria a CEI, mas gostaria que mais quatro colegas o assinassem para que a comissão seja aberta. Inclusive comenta que o líder do governo disse que não iria assinar o pedido de CEI, mas a assinatura do colega apareceu no documento. Afirma que não adianta usarem a tribuna para meter o “cacete” nele, Ary, por ter pedido a abertura da CEI com vistas a apurar esse recadastramento e por ter postado isso nas redes sociais. Assegura que respeita todos os vereadores e pede que os colegas também respeitem a sua posição. Relata que ouviu um secretário perguntar ao Presidente Brás Zagotto se havia acabado a parceria existente, porque seria colocado revsol nas ruas do Bairro Vila Rica. Explica que a pergunta foi por causa do pedido de abertura da CEI e diz que o Vereador Brás é um homem sério e não vai negociar o voto dele por revsol. Inclusive conta que alguns disseram que é preciso apurar os votos que ele, Ary, recebeu na eleição, mas esclarece que foi a Justiça Eleitoral que lhe entregou o diploma de vereador. Menciona que querem fiscalizar a sua vida e deixa claro que não tem o “rabo preso” com ninguém. Analisa que a audiência pública é um calço para a empresa que fez o recadastramento. Cita que os vereadores não estipularam um prazo para o secretário enviar os documentos ao Poder Legislativo. Diz que o secretário veio à Câmara e mentiu, dizendo que o Tribunal de Contas determinou o recadastramento e que o prefeito defendeu o povo de Cachoeiro por diversas vezes sem sucesso. Acrescenta que, agora, o mesmo secretário disse que será concedido 80% de desconto no valor do IPTU. Pergunta se o Tribunal de Contas mudou a sua posição. Lembra que os vereadores da legislatura anterior votaram um projeto para que o IPTU só tivesse aumento em 2022, mas o prefeito fez outra coisa. Garante que, se não for aberta uma CEI para apurar onde foram parar os 12 milhões de reais e intimar as pessoas a dizerem a verdade na Câmara, esse dinheiro será perdido, o qual acredita que daria para socorrer as vítimas do “fique em casa” e para comprar material para intubar os doentes com Covid. Registra que um vereador disse que Cachoeiro vai receber apenas metade das vacinas contra o Covid na próxima etapa de vacinação, porque houve erro da parte do Estado; porém, analisa que o Município também errou, porque não cobrou do Estado. / **Aparteando Sandro Dellabella Ferreira:** — Informa que foi publicado um áudio do Vereador Ary chamando a Câmara de “puxadinho” do prefeito. Deixa claro que ele, Sandro, não é um “puxadinho” do prefeito e que o colega foi muito infeliz ao dizer isso. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Frisa que pode provar que a Câmara é um “puxadinho” do prefeito, porque havia um acordo para que a Renata Fiório e o Alan Fardin viessem trabalhar na Casa, mas o prefeito não deixou isso ocorrer. Então, diz que quem manda na Câmara é o prefeito. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Menciona que o colega Ary defende com veemência a proposta de criar a CEI. Cita que, por diversas vezes, o Vereador Ary disse que outro caminho é um negociado com o prefeito. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Afirma que não disse isso e pede que não sejam colocadas palavras em sua boca. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Relata que pode mostrar vários áudios em que o colega disse isso. Diante dos documentos que o Vereador Ary analisou, pede que mostre o ponto técnico que justifica a abertura da CEI e, assim, o colega poderá convencer os demais edis disso. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que o Vereador Marcelo pode ler os documentos, já que não é analfabeto. Registra que fez o seu



trabalho e que o colega Marcelo deve fazer o dele. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Ressalta que são necessárias sete assinaturas para abrir a CEI; então, sugere que o Vereador Ary convença os demais edis disso. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Frisa que o colega Marcelo é que deve se convencer da verdade, fazendo a leitura dos documentos para ter conhecimento do que consta neles. Salienta que cada vereador pode imprimir esses documentos e se convencer da verdade. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Comenta que o vereador que apresenta um projeto deve explicá-lo aos demais edis para que seja aprovado. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Repete que o Vereador Marcelo pode ler o projeto para chegar a uma conclusão. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Deixa claro que, enquanto só houver matérias teóricas, os vereadores não vão assinar a CEI. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que o Vereador Marcelo pode ficar à vontade, pois o voto é dele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Assume a responsabilidade de não ter contratado A ou B, e diz que não foi o prefeito que mandou fazer isso. Explica que montou uma boa equipe de trabalho e não achou necessário contratar o Alan e a Renata e assegura que o prefeito nunca pediu nada. Afirma que são os dezenove vereadores que mandam na Câmara, e não o prefeito. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Lembra que o Presidente Brás comentou que o prefeito havia dito que não queria a Renata Fiório e o Alan Fardin na Câmara. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que o Vereador Ary está colocando palavras em sua boca. / **Diogo Pereira Lube:** — Comunica aos vereadores que a Escola do Legislativo vai oferecer aos assessores chefes de gabinetes um curso de redação oficial para a produção de documentos, o qual será aplicado pela Lenilce Pontini, assessora do Vereador Paulinho. Inclusive agradece à Lenilce, cuja capacidade de escrita é muito grande, que sempre se coloca à disposição da Escola do Legislativo. Avisa que, em breve, também será oferecido um curso aos assessores externos para a confecção de relatórios que atendam às orientações do Ministério Público. Comenta que a equipe da Escola do Legislativo, composta por Wallace Marvila, Rafael Magalhães, Stephanie e Letícia, está muito bem afinada. Registra que visitou a SEMMAT para tratar de algumas demandas do Município, como as ruas cheias de buracos, os problemas da rede de esgoto e a falta de regularização fundiária, questões que devem ser resolvidas pelo Executivo Municipal. Ressalta que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas esses tributos não são revertidos em benefício da população, diferentemente de Países como a Noruega, Finlândia, Islândia e Portugal, onde os impostos retornam para o povo em forma benfeitorias. Segue informando ao Vereador Ary que as audiências públicas não precisam ser feitas antes da contratação de uma empresa, inclusive lembra que a que fez o recadastramento imobiliário foi contratada através de uma ata de adesão. Afirma que as audiências podem ser feitas agora para que a sociedade saiba o que está acontecendo e que é papel do vereador tornar todo esse processo transparente. Salienta que não seria necessário realizar audiência pública se a Prefeitura tivesse dado publicidade a todo o processo de recadastramento imobiliário. Pergunta se os vereadores sabem quanto vai custar para a Câmara fazer uma CEI e ele mesmo responde que não é barato, pois será preciso contratar contadores, auditores e advogados de fora da Casa. Questiona o Presidente Brás se a Câmara tem previsão orçamentária para pagar a CEI. Indaga ainda se os decretos federal e estadual da pandemia vão permitir que a Casa contrate uma empresa para realizar a CEI. Diz que é muito fácil jogar para a galera, mas é preciso considerar todos esses trâmites. Lembra que aprendeu em história o Método Indiciário, criado por Carlo Ginzburg, no qual antes de aferir qualquer ponderação é preciso buscar indícios, que podem ser orais ou escritos. Avisa que, depois da audiência pública, a comissão protocolou um documento no qual os vereadores podem inserir emendas e pedidos de informação sobre todo o processo do recadastramento imobiliário. Frisa que a comissão quer trabalhar junto com os vereadores, sem que nenhum seja protagonista, para não jogar os outros na boca do leão, o que, a seu ver, está acontecendo na Câmara. Conta que está recebendo muitos áudios e vídeos sobre a CEI, os quais



são colocados para a população que não tem entendimento do assunto e acaba achando que o colega Ary está certo e os outros vereadores errados. Menciona que o colega Ary tem todo o direito de se expor como cidadão e vereador, mas não pode dizer que os demais edis estão errados, que, ele, Diogo, é um “puxadinho” do prefeito e que os outros parlamentares comem na mão do chefe do Executivo Municipal. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Deixa claro que não disse que o Vereador Diogo é um “puxadinho” do prefeito, e sim que a Câmara é. Lembra que fez um acordo com o Jackson Rangel de que, se conseguisse provar que a Câmara não era um “puxadinho” da Prefeitura, receberia um pedido desculpa do jornalista; do contrário, ele, Ary, é que pediria desculpa. Então, diz que não conseguiu provar nada e teve que pedir desculpas ao jornalista. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que são necessários documentos, porque as palavras ao léu são interpretadas conforme cada um deseja. Reflete que, muitas vezes, quem fala o que não deve acaba ouvindo o que não quer. Enfatiza que, enquanto os vereadores derem munição, a população vai achar que só há vagabundos e covardes na Câmara. Afirma que os colegas devem potencializar os trabalhos feitos na Casa para fazer valer o cargo de vereador e a posição que cada um ocupa no Poder Legislativo. Deixa claro que tem a sua profissão, que é professor, e que não depende da política. Por fim, diz que quer fazer o seu trabalho na Câmara com lisura, sem ser colocado na boca do leão. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que já aconteceram sessões maravilhosas na Casa, com os vereadores unidos entorno de uma causa, mas, hoje, infelizmente, a Câmara está dividida. Menciona que respeita a forma de cada vereador fazer política. Afirma que foi a favor e participou da audiência pública convocada pelo Vereador Diogo e que também é favorável à CEI proposta pelo colega Ary, tanto é que já assinou o pedido de abertura dessa comissão. Salienta que agir dessa forma não significa que está jogando para a plateia, e sim trabalhando o seu mandato, para o qual foi eleito com o voto de duas mil quinhentas e dezenove pessoas. Ressalta que os vereadores devem sempre trabalhar respeitando atuação dos outros colegas e que não podem deixar que divergências de ideias e formas diferentes de fazer política criem brigas dentro da Câmara. Assegura que os vereadores devem voltar a conversar e buscar um denominador comum, independentemente de serem contra ou a favor da CEI. Enfatiza que uma Câmara dividida não vai ajudar o Município. Deixa claro que é favorável à revogação do aumento do IPTU e que se “lasque” o TCE. Reflete que, talvez, a proposta do Vereador Ary para a criação da CEI tenha sido fora de hora, mas essa é a forma como o colega trabalha. Analisa que os vereadores devem fazer o seu trabalho de forma consciente, sem medo de críticas e nunca ceder a pressões políticas. / **Aparteando Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Cita que todos os vereadores são favoráveis à redução de 100% do aumento do IPTU. Avalia que o colega Ary está certo a respeito da CEI, pois faltou publicidade da parte do Executivo quanto ao recadastramento imobiliário. Lembra que a fala inicial do secretário era de que não tinha como revogar o aumento do IPTU, mas, graças à luta dos vereadores e da população, ocorreram avanços quanto a essa questão, mesmo não sendo da forma como todos desejavam. Frisa que cada vereador tem o direito de fazer o achar melhor e também de falar o que pensa. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que não pode haver da parte dos vereadores a vaidade de trazer tudo para si nem ciúmes por um colega trabalhar de maneira diferente. Diz que, a seu ver, não devem ocorrer na Câmara discussões sem sentido, mas sim diálogos respeitosos em busca do melhor para Cachoeiro. / Em seguida, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Alexandre Valdo Maitan (DEM):** — Seguindo a reflexão do colega Juninho, salienta que é preciso buscar serenidade para que as discussões ocorridas nesta sessão não sejam levadas para o campo pessoal. Comenta que os vereadores estão recebendo mensagens extremamente agressivas e desconstrutivas de pessoas que nem conhecem. Diz que os vereadores lutaram para ser eleitos e merecem respeito. Relata que o Diego Libardi, Presidente do DEM, está preocupado com o aumento absurdo do IPTU. Menciona que o DEM foi



o segundo colocado na eleição majoritária de Cachoeiro e que o compromisso do partido não é politizar o momento que está sendo vivido no Município, e sim buscar caminhos para resolver essa questão. Em nome do Diego Libardi, parabeniza os vereadores pela maneira como estão conduzindo esse processo e procurando um caminho melhor para a população cachoeirense. Informa que a orientação do DEM é pela assinatura do pedido de abertura da CEI, para que seja investigada qualquer denúncia que pairar quanto ao Poder Executivo ou ao Legislativo, mas destaca que o partido vai respeitar a discricionariedade dele, Alexandre, como detentor do mandato de vereador. Lembra que o colega Ary citou que o presidente da Câmara estaria recebendo benesses para engavetar o processo da abertura da CEI, o que diz não acreditar. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o prefeito não pediu nada a respeito da CEI. Deixa bem claro que a decisão de assinar ou não a CEI vai ficar a critério dos vereadores e que ele, Brás, não terá nada a ver com isso. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Expressa a sua confiança no Vereador Brás, em quem votou para presidente da Câmara. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Cita que recebeu uma mensagem de um cidadão que diz o seguinte: “Brás, tenho certeza de que você não vai assinar a CEI, porque, como presidente da Câmara, não pode legislar em causa própria, já que, se o prefeito e o vice-prefeito forem cassados, você assumirá a Prefeitura.” / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (PL):** — Convida a todos para o seminário on-line gratuito que realizará na próxima sexta-feira, das 7:00 às 10:00 horas, e no sábado, das 8:00 às 11:00 horas, para tratar do desenvolvimento da Região Sul Estado e do Espírito Santo, com a participação do Wesley, Presidente do Sindicato Rural, do Roger, que faz parte do movimento rural, e de um professor da Faculdade Pio XII. Informa que para participar do evento basta enviar uma mensagem para o telefone 99961-2216. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE):** — Comenta que cada vereador tem o seu posicionamento e todos devem ser respeitados. Salienta que o Podemos é um partido bom e que, apesar dos percalços, está crescendo muito. Registra que não tem vínculo partidário nem político com o Poder Executivo, inclusive a administração tem candidatos para a eleição de 2022 e que ele, Allan, não faz parte deles; por isso, diz o que pensa. Relata que não consegue marcar agenda com alguns secretários e acaba pensando em politicagem. Afirma que os secretários devem respeitar aos vereadores, os quais foram eleitos para representar o povo. Reclama que, há cinco anos, espera que seja feita a reforma de uma escadaria no Bairro São Francisco, mas a Prefeitura não toma providências. Menciona que concorda com várias coisas que o Vereador Ary diz e discorda de outras, mas que isso faz parte da democracia. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Pede desculpas ao Presidente Brás Zagotto, aos Vereadores Sandro, Marcelo e outros, porque, no calor do debate, acaba ofendendo pessoas que não merecem. Parabeniza o Vereador Allan pela fala sobre a falta de respeito dos secretários para com os vereadores, que foram eleitos pelo povo. Faz um elogio ao Secretário Cláudio, dizendo que o mesmo é muito educado. Registra que respeita os vereadores, os secretários e o prefeito e que não gostaria de citar o nome do chefe do Poder Executivo, mas ele é o ordenador de despesas do Município e deve ter conhecimento de tudo o que acontece na Prefeitura, assim como o Presidente Brás sabe de tudo o que ocorre na Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo (Poder Executivo):** — Comenta que cada vereador tem a sua luta e o seu propósito na Câmara e, às vezes, o debate é mais fervoroso, mas, quando acaba, deve haver respeito entre os edis. Inclusive parabeniza o Vereador Maitan pela fala sensível e objetiva sobre esse assunto. Segue propondo que o ex-vereador José Carlos Amaral seja homenageado como Cachoeirense Presente Nº 01 de 2021 e pede o apoio dos colegas a essa indicação. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Reforça o pedido do colega Alexandre Andreza para que o ex-vereador Amaral, que hoje se encontra doente, seja homenageado como Cachoeirense Presente de 2021. Conta que sua família sempre votou em Amaral, inclusive diz que a Câmara sente falta de um vereador como ele, que era muito combativo. Ressalta que, devido ao legado e a



toda a história do Amaral em Cachoeiro, os vereadores lhe homenagearam dando o nome dele à tribuna da Câmara. / **Aparteando Paulo Grola:** — Afirma que o Amaral merece ser homenageado. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pede que essa homenagem seja prestada em nome dos dezenove vereadores. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Sugere que, no dia em que for prestada a homenagem ao Amaral, o ex-vereador Carlos Miranda, que foi o representante do Bairro Aeroporto na legislatura anterior, seja convidado. / **Leonardo Cleiton Camargo (Presidente em exercício):** — Acata a sugestão do Vereador Juninho. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Em nome do Democratas, agradece ao Vereador Alexandre Andreza, que já foi filiado ao partido, pela indicação do Amaral para receber o Título de Cachoeirense Presente Nº 01. Também agradece aos colegas que referendaram o nome do Amaral para essa homenagem. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que, como será feriado na próxima terça-feira, a sessão vai ser realizada na quarta-feira, dia 30/06, às 14:00 horas. Informa ainda que o pagamento será depositado na sexta-feira, dia 25/06. Dirigindo-se ao Edil Ary, pede ao colega que não o coloque na situação complicada de deixar uma pessoa usar a tribuna para bater nele, Brás, e nos demais vereadores. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que não sabia o que o rapaz iria falar. / Em seguida, passou-se à **Ordem do Dia.** / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o projeto de resolução, indicando o nome do ex-vereador José Carlos Amaral para ser homenageado como Cachoeirense Presente Nº 01 de 2021, será incluído na pauta do dia. / Na sequência, foi feita a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 08/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Proíbe a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifícios, estampidos e rojões com efeitos sonoros em Cachoeiro de Itapemirim-Espírito Santo, e dá outras providências); 35/2021 – Poder Executivo (Estrutura o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria); 40/2021 – Poder Executivo (Dispõe sobre a alteração do parágrafo único do artigo 1º e do artigo 4º, ambos da Lei 7.792, de 19/12/2019, que cria a indenização para aquisição de uniforme da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim). / **Evandro Miranda, levantando questão de ordem:** — Solicita que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Pedidos de Informação: 90/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Requer informação ao Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, referente ao termo de ajuste apresentado ao Tribunal de Contas do Estado, alusivo ao aumento do IPTU); **94/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Requer informação ao Exmo. Sr. Desil Moreira, Secretário Municipal de Obras, referente à obra de recapeamento na Rua José Félix Chein, Linha Vermelha, no Bairro IBC); **Votos de Congratulação: 160/2021 – Brás Zagotto; 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 167/2021 – Delandi Pereira Macedo; Projetos de Decreto Legislativo: concedendo “Homenagem Especial”:** 119/2021 – Alexandre Andreza Macedo (À Paróquia Nossa Senhora Aparecida); **concedendo “Título de Cidadania Cachoeirense”:** 120/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. Luiz Farias Alves); 122/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Sra. Taiara Will); 129/2021 – Osmar Francisco (Ao Sr. Mohamed Cade Neto); **concedendo “Comenda Leopoldino Fonseca – Dino Fonseca”:** 121/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. Denilto Hartuiq Rufino); 127/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Luciano do Nascimento Gregio); **concedendo “Comenda Dra. Moema Baptista”:** 123/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Sra. Cristina Lens Bastos de Vargas); **concedendo “Título de Empresário Presente do Ano”:** 124/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. João Paulo Barboza); 118/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira (Ao Sr. Paulo Afonso Lamon Fernandes); 130/2021 – Osmar Francisco (Ao Sr. Marcelo Costa); **concedendo “Comenda Camilo Cola”:** 125/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. Attila Miranda Marques); 128/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Wellington Gama Nazario da Fonseca). / Prosseguindo, foi colocado em



discussão o Projeto de Decreto Legislativo 131/2021 – Mesa Diretora (Fica concedido Título de Cachoeirense Presente Nº 01 ao Sr. José Carlos Amaral). / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabêniza a todos os vereadores pela proposta de homenagear José Carlos Amaral como Cachoeirense Presente Nº 01. Diz que teve o prazer de ser companheiro de Câmara do Amaral, assim como outros colegas. Destaca que o Amaral era incisivo em suas falas e sempre brigou muito pelos Bairros Aeroporto, Valão e adjacências. Menciona que a entrega desse título sempre foi um momento de pompa e de festa, mas, com a pandemia, isso não está ocorrendo. Então, solicita ao presidente que o Título de Cachoeirense Presente Nº 01 seja entregue ao Amaral, que está doente, com honra e não apenas seja passado o diploma ao ex-vereador. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que o Amaral é uma pessoa reta e verdadeira e que considera essa uma justa homenagem. / **Paulo Grola:** — Diz que essa homenagem ao Amaral é justa. Lembra que o Amaral foi um secretário muito bom para o interior e para os bairros de Cachoeiro. / Posto em votação, **o Projeto de Decreto Legislativo 131/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que vai estudar como será a homenagem ao Amaral, que poderá ser feita na Câmara ou na Praça Jerônimo Monteiro, como ocorreu no ano passado com o saudoso José Paineiras. Avisa que, em breve, o projeto do PDM será votado na Câmara. Diz que achou que os empresários, os donos de comércio e outros munícipes de Cachoeiro seriam mais bem atendidos com o novo PDM. Comenta que foi feita uma apresentação desse projeto em audiência pública realizada na Escola Zilma Coelho e percebeu que não serão mudadas muitas coisas no novo PDM, a exemplo do distanciamento das construções nas margens do rio no centro da cidade. Ressalta que o Promotor Público, o Dr. Wagner, explicou que todas as cidades devem obedecer ao Código Florestal e que não houve estudos na Câmara dos Deputados para mexer nessa lei a fim de que as demandas do Município possam ser atendidas. Então, diz que vai convidar o Deputado Da Vitória, líder da bancada federal do Espírito Santo, para vir à Câmara para que lhe seja mostrada a realidade de Cachoeiro e, assim, o parlamentar poderá tentar mexer em alguma coisa dessa lei no Congresso Nacional. Salienta que, quando o PDM for votado, os vereadores poderão fazer emendas. / **Adriano Pereira Verediano:** — Relata que o Astor Júnior lhe procurou e solicitou que seja cedido espaço na Câmara para os engenheiros civis falarem sobre o projeto do PDM. Conta que os representantes dessa classe alegaram que não foram consultados quando da confecção de tal projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, depois que o projeto chegar à Câmara, será realizada audiência pública e, assim, os engenheiros e arquitetos vão sugerir o que pode ser feito para melhorar o PDM. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Informa que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação vai convocar audiências públicas específicas para discutir o PDM com engenheiros, representantes de movimentos que trabalham com deficientes físicos e outras pessoas, as quais têm uma visão diferente do Município e vão ajudar os vereadores melhorarem esse projeto. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Menciona que os contadores reclamam da dificuldade para abrir empresas em Cachoeiro e esses profissionais também precisam participar dessas audiências públicas. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que o PDM será discutido na Câmara, mas já existe uma decisão tomada por pessoas, que não são de Cachoeiro, a respeito desse projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que foi o Município que contratou a empresa para fazer o projeto do PDM. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Frisa que cabe aos vereadores concordar com o projeto ou não. Analisa que foram pontuadas algumas coisas no projeto que não são admissíveis, como os casos em que não são liberadas construções a quinhentos metros da margem do rio. Registra que os vereadores devem analisar algumas questões com grande cautela, pois muitas pessoas já moram ou iniciaram obras próximas ao rio. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Cita o exemplo do sogro do Vereador Delandi que tem a Igreja Assembleia de Deus, na Rua Samuel Levy, e atrás, na Rua Ernesto Miguel da Silva, há uma área consolidada, na



qual não é permitido ser feita nenhuma construção, porque fica a trinta metros do rio; porém, diz que esse terreno fica vinte metros acima do nível do Itapemirim. Então, chama a atenção para essas questões e frisa que é preciso estudá-las. Deixa claro que Câmara tem o compromisso de tentar ajudar a resolver as demandas do Município. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Conta que em Itaoca, área totalmente industrial, não se pode abrir empresas e que é preciso rever essa situação. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Ressalta que muitos empresários estão saindo de Cachoeiro para abrir suas empresas em outras cidades. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que parece que vai haver outra revisão do PDM na Câmara; então, solicita que o jurídico da Casa oriente se é possível os vereadores fazerem o estão querendo. Inclusive registra que os edis foram convidados para participar de todas as reuniões do PDM. / **Delandi Pereira Macedo:** — Avalia que o PDM é um assunto muito complexo, que não se esgota, principalmente quanto a construções próximas à margem do rio; então, diz que os vereadores vão ter que administrar esse problema, o qual a Câmara não tem poder para mudar, pois essa questão cabe ao Congresso Nacional. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, por isso, vai convidar o deputado para vir à Câmara. / **Delandi Pereira Macedo:** — Menciona que a Prefeitura realizou audiências públicas, debates e estudos técnicos, mas ele, Delandi, não fez muita questão de participar. Salienta que, quando o PDM chegar à Câmara, os vereadores devem fazer o seu papel legislativo, debater todas as questões e, se for necessário, fazer alterações no projeto. Analisa que a Câmara poderia criar uma comissão para debater o PDM, que trata da estrutura da cidade. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Relata que participou da audiência pública na Escola Zilma Coelho, na qual estavam presentes os Vereadores Allan, Arildo e Marcelo, mas deixa claro que não entendeu nada do que foi dito por uma mulher que estava falando sobre o PDM. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Comenta que realmente o áudio estava muito ruim. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pedes aos membros da Comissão do Covid que possam ir até a Secretaria de Saúde buscar informações a respeito da vacina. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas.